

## Editorial

---

### Alfabetização, gestão escolar e políticas educacionais no Brasil: diálogos e discussões

**Prof. Dr. Paulo Gomes Lima**  
Editor Responsável

**O** volume 4, número 2 de 2018 da Laplage em Laplage em Revista foi organizado pelas Professoras doutoras Maria Alice de Miranda Aranda da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Vilma Miranda de Brito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Trazer à tona a discussão e encaminhamentos sobre a gestão do processo alfabetizador nos tempos atuais certamente não é tarefa fácil, mesmo porque na presente década os ventos que propõem e direcionam as mudanças nas políticas educacionais não fluem de maneira auspiciosa quanto às expectativas para a ressignificação de demandas, garantia de direitos, construção coletiva de projetos que contemplem e respeitem a participação, a autonomia e descentralização do poder em suas várias esferas e no interior da escola. Tempos em que a voz docente é marginalizada, visto que como costumeiramente, ainda que tenhamos avançado pelas proposições das Conferências Nacionais de Educação (CONAES), constroem-se bases teóricas e pedagógicas de forma “top-down” representadas pelos especialistas, classe políticas e empresariado dentre outros. Tempestuosos tempos em que a centralidade dos programas e suas arquiteturas ganham maior relevância do que a abertura ao diálogo para a sua construção, enfim tempos de perversidade e inversão do que se denomina de justiça social.

Na várias páginas do presente Dossiê as professoras Maria Alice e Vilma fizeram um rigoroso escrutínio de textos que anunciam, ampliam o debate, denunciam, propõem encaminhamentos sobre a gestão do processo alfabetizador de forma caleidoscópica, isto é, fazem uma tessitura temática de caráter multirreferencial, na qual as interfaces de todas as tratativas das políticas públicas da educação (sem pretender se qualificar como “estado da arte”) foram percorridas etapa por etapa, documento por documento e transversalizadas por leituras críticas, ora a partir de pesquisas empíricas, ora por meio de discussões e reflexões de pesquisadores de renomadas instituições brasileiras e de Portugal. E finalmente chegam à gestão do processo alfabetizador e seus responsáveis tanto em nível de gestores de programas (governamentais e institucionais) até a gestão na escola – trazendo a criança como sujeito ativo, que deve vir antes de qualquer arquitetura, entendendo-se essa (a arquitetura) por conta daquela (a criança, o alfabetizando).

Logo, não podemos ser anuentes com políticas públicas e formas de gestão na educação, cujos processos instrumentais e normativos do *input-output* pedagógico sejam mais importantes ou tenham maior centralidade do que os cidadãos em construção, no caso desse dossiê, a criança em fase de alfabetização. É necessário mais do que nunca de que seja lembrado a importância da dialogicidade social em torno da educação que se deseja e que

mais e diversos esforços sejam dados na direção de fomentar tal representatividade, visto a grandiosidade geográfica e populacional do Brasil.

A partir e para além desse encaminhamento tanto o poder público, quanto a escola e o professor não devem apostar na premissa de fazer "*programas e projetos para...*" mas "junto com..." as várias realidades e leituras socioeconômicas e sociais da população. No contexto do processo alfabetizador não se pode perder de vista "[...] a valorização centrada nas descobertas, nas rupturas e nas permanências do movimento de construção do pensamento epistemológico do estudante. Isso não invalida ou desmerece os postulados científicos ou mesmo se torna prejudicial à formação de um "background" instrumental relacionado à finalidade educativa e social da alfabetização, entretanto, é imprescindível transcender o caráter utilitarista de qualquer política ou projeto que ignorem o estudante como ser que produz e se autoproduz. Nessa diretriz, "[...] numa dimensão horizontal de respeito ao estudante, os conhecimentos não somente fazem sentido, mas são objetos de outras construções enquanto homens e mulheres se autoproduzem para e numa realidade que os emancipa (ou não), contrapondo-se à lógica do reducionismo". (LIMA, 2016, p.5, parênteses acrescentados para esse editorial). Mas, ainda que em construção a sua produção e autoprodução são objetos identitários, conseqüentemente a sua negação remete à privação dos direitos subjetivo e objetivo de que tratam os postulados constitucionais e da LDBEN.

A alfabetização como direito e dever do Estado, da escola e dos pais; a gestão escolar na atuação do processo alfabetizador e do contexto organizacional, bem como a validade, finalidade, alcances e limites da políticas educacionais na centralidade da temática, no presente dossiê estabelecem, além da perspectiva caleidoscópica, relações recorrentes sobre os caminhos e descaminhos para se pensar a gestão do processo alfabetizador, termo cunhado pela Professora Doutora Maria Alice de Miranda Aranda que, certamente apresenta coerência e consistência, não somente conceitual, mas de lastro científico e epistemológico para a área das políticas e gestão da educação. O dossiê é oportuno, bem estruturado e projeta-se com a responsabilidade de ampliar o olhar, as ações e encaminhamentos para a gestão de um processo alfabetizador em que os atores sejam copartícipes de sua construção.

## Referências

LIMA, P.G. *Docência e formação universitária no Brasil: desafios e encaminhamentos*. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2016.